



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 16

10.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Parente (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Branca José Janeiro Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Vera Alexandra Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lação Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:20 horas. Foi efetuada a chamada. -----

Intervenção do público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente na sala que em Conferência de Representantes tinha sido definido que o período de intervenção dos cidadãos era de 20 minutos, no total. Posto aquilo, perguntou aos presentes se alguém pretendia intervir. -----

Solicitando a palavra, Jorge Mangerona quer intervir no período destinado aos cidadãos, não podendo dissociar a sua intervenção do facto de ter sido Presidente daquela Assembleia Municipal até ao dia 01 de dezembro de 2014. Em primeiro lugar, lamentou que a Assembleia ainda não tivesse deliberado sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, face aos contornos que tal assunto adquiriu. Lamentou ainda a falta de informação disponível acerca daqueles documentos, importantes para o Município, sugerindo que os mesmos fossem publicitados no site para acesso público. Considerando que na última Assembleia, a que ainda presidiu, foi dito que a adesão ao FAM não era possível para a autarquia de Portalegre e que a adesão àquele Fundo acarretava pesadas penalidades e prejuízos para os portalegrenses, perguntou o que se alterou de dezembro do ano passado até ao momento, para que agora se colocasse tal possibilidade e quais eram as razões que justificavam a alteração da posição da autarquia já que, no final de novembro, tal não era possível e foi, aliás, com base naquele pressuposto que tinha votado favoravelmente a proposta de Orçamento. Questionou ainda, conforme foi relatado pela comunicação social local recentemente, que vivíamos num período de depressão demográfica e desertificação, com o abandono da cidade por parte de várias famílias, quais eram as medidas compensatórias, quais as medidas que a autarquia tencionava tomar no sentido de minimizar os efeitos nefastos da subida do IML e de taxas, na fixação da população e para atração do investimento. -----

A Presidente da Câmara começou por agradecer as questões colocadas e referiu que sempre tinha tentado não ir ao FAM. Lembrou que antes do FAM tinha havido outro programa de assistência à Câmara, o PAEL, o qual tinha sido chumbado em reunião do executivo. Quando apareceu o FAM tentou perceber em que condições é que a Câmara se encontrava, tendo verificado que o limite de endividamento estava 3 vezes acima do normal. Após alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

contactos, foi o próprio Secretário de Estado que lhe disse que seria bom que a Câmara não aderisse ao programa, obrigatoriamente. Tinha a consciência de que se fossem ao FAM, de forma obrigatória, estariam sujeitos a várias regras, que iriam penalizar fortemente os munícipes. Perante tal, disse que se tem vindo a descer a dívida da Câmara de maneira a que o limite de endividamento descesse abaixo do patamar necessário para irem ao FAM, obrigatoriamente. Se fossem de forma voluntária, as penalizações não seriam tão grandes. Portanto, achou que nesta fase deveriam aderir ao FAM e foi falar com o Secretário de Estado da Administração Local tendo-lhe sido dito que Portalegre já nem sequer podia ir ao FAM. Na altura, reportou a situação ao Presidente da Assembleia Municipal. Uma vez que a dívida da Câmara era muito grande, não tiveram margem de manobra. Entretanto, no ano seguinte, perante o documento da DGAL, referente ao limite de endividamento da Câmara Municipal de Portalegre em 2013, já entregue à Assembleia, podiam aderir facultativamente, ao FAM, ao contrário do que tinha sido referido pelo secretário de Estado. No entanto, tendo em conta os valores de 2014 e segundo os dados internos da Câmara, o valor estava atualmente no limite de não poderem ir ao FAM, facultativamente. Quando o orçamento foi apresentado em novembro de 2014, recordou que o mesmo foi ali chumbado, com argumentos baseados em que a Câmara só estaria a pagar dívida, que não tinha flexibilidade para fazer qualquer tipo de investimento, que não apostava nas associações nem nas Juntas de Freguesia, na cultura, nem em manutenção de equipamentos. Tinha a noção de que era um orçamento espartilhado pela dívida da Câmara. Salientou que para efetuar os investimentos e a manutenção, bem como para poder reposicionar pessoas e dar mais verbas às Juntas, ao turismo, cultura e desporto, era evidente que a autarquia não tinha margem de manobra sem renegociar a dívida. Contudo, tal dívida não podia ser renegociada com os bancos, pois a Câmara encontrava-se em reequilíbrio financeiro desde 2008. Quando chegou à Câmara em 2009, já tinha sido feito um saneamento financeiro no valor de 17.000.000,00€, num banco que tinha ganho o concurso, durante 12 anos. Aquele era o limite máximo que se pôde fazer na altura mas que, com o FAM, poderia ser maior. A única forma de haver algum dinheiro disponível seria com a adesão ao FAM. Contudo, ir ao FAM também tem inconvenientes e um deles é a obrigatoriedade de aumentar o imposto municipal sobre imóveis, algo que também não lhe agradava, de todo, pois nenhum Presidente de Câmara gosta de aumentar os impostos dos munícipes. Portanto, só assim poderiam fazer o investimento que lhes era pedido e, das duas uma: ou ficavam com o orçamento que foi chumbado, o qual era balizado pela dívida da Câmara; ou então tinha de se recorrer ao FAM, uma vez que nem poderia renegociar com os bancos o prazo de pagamento de dívida da autarquia. Em conclusão, referiu que o que ali se tratava era terem de pedir uma parte para pagamento da dívida, tendo em conta que os juros altos oneravam, em muito, a Câmara e tinha de ser dilatado o prazo de pagamento. Acrescentou ainda que, atualmente, o saneamento financeiro da Câmara andaria na volta dos 12 milhões, dos quais já tinham sido pagos 5 milhões, mas tinham de se pagar até 2020, o que não seria nada fácil. Por fim, disse ter consultado o Diretor do FAM e referiu que tinha alguns incentivos fiscais para captar pessoas, tanto para a zona industrial, como para o centro da cidade e, obviamente, não queria perder tais incentivos, uma vez que tinham sido deliberados com o intuito de captar pessoas para a zona histórica e também proporcionar condições a quem quisesse investir em Portalegre. Relativamente aos incentivos, foi-lhe dito que os mesmos poderiam continuar, ou melhor, poderia dar a redução do IMI na zona histórica e continuá-la na zona industrial, assim como também na questão da derrama poder desaparecer, para poderem captar mais investimento. A única coisa que pediram foi o aumento do IMI porque é a única receita que era certa. Lembrou que o IMI não estava no máximo, tinha estado sempre em 0.4%, mas teria de passar para 0.5%. De outro modo, a Câmara não teria receita suficiente para fazer face aos investimentos que se queriam fazer, sem nada de megalómano, apenas situações prioritárias, que a levaram pois a reconsiderar a proposta, embora não lhe agradasse, mas que perante as receitas atuais que entravam no município, não lhe deixavam outra alternativa. Por fim, disse que, desde 2009, as transferências do Estado para a Câmara Municipal de Portalegre tinham baixado, em um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

milhão de euros a menos; além de que a receita dos loteamentos que entrava na Câmara, de seis em seis meses, passou de um milhão para 45.000€, obras também não havia e bastava olhar para o orçamento, em termos da derrama, do IUC, etc. Deixou ainda a referência de que os impostos municipais representavam 15% dos impostos que os portugueses pagavam ao estado português -----

No uso da palavra, Jorge Mangerona lembrou que o que tinha dito acerca do Secretário de Estado e das informações da Presidente de Câmara não tinha sido conversa particular com ele, mas sim uma transcrição da ata n.º 11, daquela Assembleia. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a intervenção da Presidente da Câmara exigia o contraditório, assim como exigia o debate democrático e relembrou aos presentes que o que lhes tinha sido dito há algum tempo, não tinha sido exatamente o que a Presidente da autarquia tinha acabado de dizer. A Presidente, de forma continuada e reiterada, manifestou sempre a impossibilidade do recurso ao FAM, por via da aplicação legal e por via das contas do Município. Portanto, a lei não se alterou, as contas do município também não, o que se tinha alterado foi a observação da Presidente da Câmara, naquele assunto, o que considerava grave, porque estavam perante um cenário de aplicação legal que derivava, única e exclusivamente, da interpretação da Presidente. Relativamente à audição e leitura que a Presidente disse ter feito às atas daquela Assembleia, disse que se regozijava com o facto de a Presidente ter atribuído importância àquilo que ali se passava, bem como às exigências que lhe faziam e comparou o procedimento com os objetivos vertidos nos documentos que a mesma apresentava ali, sistematicamente. Era necessário dizer que aquela nova viabilidade financeira (FAM) não iria possibilitar investimentos nas associações, nas Juntas de Freguesia, na cultura, nos arranjos urbanos que o concelho necessitava, mas apenas refletia uma preocupação, que era a mesma de sempre e que era o aumento das dotações da Fundação Robinson. Portanto, o privilégio não seria para quem o merecia mas, novamente, para aquela Fundação. -----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro, disse enquanto empresário, que na última assembleia, realizada a 30 de abril, fez um pedido para agendamento de uma reunião com a Presidente da Autarquia. Passados 30 dias de ter enviado um mail, não obteve resposta e a verdade é que só com muita insistência da sua parte é que conseguiu a reunião. Contudo, um dia antes da mesma, foi contactado e disseram-lhe que tinha de ser adiada. A pergunta que colocava era a seguinte: se era urgente captar investimento para a zona industrial e se uma pessoa que queira criar riqueza e postos de trabalho para a região, para se marcar uma reunião para o efeito eram precisos dois meses e meio. -----

A Presidente da Câmara disse que todos os dias recebia pessoas no seu gabinete. Informou que quando foi alterada a reunião com o empresário Jorge Isidro, o mesmo desligou o telefone, além de que, por questões pessoais inadiáveis foi obrigada a faltar. -----

Período Antes da Ordem do Dia:

A Presidente da mesa deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida, dos pedidos de substituição dos membros, assim como das duas moções recebidas, referentes ao encerramento do Laboratório de Saúde Pública de Portalegre, uma do PS e outra do CLIP. -----

A Presidente da Mesa perguntou se valia a pena existirem duas moções sobre o mesmo assunto e qual era a posição do CLIP relativamente àquela questão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, João Cardoso referiu que a moção apresentada ali, pelo seu Grupo, era a que foi apresentada no executivo municipal.-----

A Presidente da Mesa disse que tendo em conta que havia duas moções iria lê-las e depois seriam votadas em separado.

Moção (PS):

“ O Governo prepara-se para encerrar o laboratório de saúde pública de Portalegre em mais uma medida cega que não olha a meios nem às consequências das suas decisões. Com argumentos falaciosos, avança com medidas avulsas e extemporâneas, sem se preocupar com os cidadãos.

O encerramento desta unidade é um ataque claro à população que deixa de contar com os serviços de uma entidade oficial, de referência e credível, que assegura a qualidade da água para consumo humano, assim como das piscinas e das zonas balneares. Com o fecho do laboratório, deixa de ser dado um apoio ao estudo de infeções alimentares e bacteriológicas, como o caso da legionella, ou o acompanhamento de surtos, como o da tuberculose.

É a saúde dos cidadãos do Alto Alentejo que está em causa e essa situação não pode passar em claro. O distrito de Portalegre foi esta semana confrontado com o iminente encerramento do laboratório de saúde pública aqui existente. A Assembleia Municipal de Portalegre não pode deixar de denunciar o ataque ao serviço público que é desviado do distrito de Portalegre, para outras zonas do país, mas desta vez, de uma forma mais notória ainda. Porque não estamos só a falar da perda de serviços, mas também da perda de segurança de saúde pública do distrito.

Estranha-se ainda que, quando são apresentadas as sistemáticas necessidades de racionalização dos serviços, tais medidas sejam, por sistema, em desfavor do Alto Alentejo, mesmo, como é o caso, nada o justifique.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 30.06.15, condena tal ação e reforça a ideia de que os serviços necessários às populações devem ser mantidos e reforçados.

A presente moção deve ser remetida ao Exmo. Presidente da República, ao Exmo. Primeiro-ministro, ao Exmo. ministro da saúde, aos grupos parlamentares na Assembleia da República, ao Exmo. Presidente da administração regional de saúde do Alentejo, ao conselho de administração da ULSNA, a todas as Câmara e Assembleias Municipais do distrito de Portalegre e aos órgãos de comunicação social, regionais e nacionais.”

Moção (CLIP):

Com o anunciado encerramento do laboratório de saúde pública de Portalegre, concretiza-se mais uma machadada no concelho e no distrito de Portalegre, no que à manutenção de serviços públicos diz respeito.

De acordo com informação oficial, disponibilizada pela administração regional de saúde do Alentejo, “ao laboratório de saúde pública - polo de Portalegre - compete o apoio analítico às atividades desenvolvidas pelos serviços de saúde pública, tanto no âmbito distrital como regional, em complementaridade de serviços com outros LSP da região Alentejo. Este laboratório efetua análises em diferentes matrizes de água (destinadas a consumo humano - furos e poços naturais; piscinas recreativas; piscinas de empreendimentos turísticos, turismos rurais, unidades hoteleiras e parques de campismo; águas minerais, naturais, balneares, entre outras).

O laboratório de saúde pública - polo de Portalegre é responsável pela vigilância da qualidade da água do distrito de Portalegre (15 concelhos). Possui dois setores distintos: Química e microbiologia, ambos sujeitos a rigorosos controlos internos e externos e programas de avaliação externa da qualidade, nomeadamente RELACRE e EQUASE” (fim de citação).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Com este encerramento, e na prática, transfere-se para o laboratório de Saúde Pública de Évora (e nalguns casos, até para Lisboa) a atividade e a oferta até agora disponibilizadas em Portalegre e aos habitantes/empresas de todo o distrito. Infelizmente, e uma vez mais, continua a prevalecer a visão estritamente economicista, em detrimento de uma verdadeira aposta na proximidade, que deveria caracterizar, desde logo e em primeiro lugar, serviço público.

Esta “aposta” no encerramento e deslocalização de serviços públicos das zonas mais despovoadas, envelhecidas e social e economicamente desfavorecidas do interior do País (que não é, infelizmente, exclusiva do atual Governo), para centros nacionais e/ou regionais de maior dimensão, é bem sinal da “desistência” de sucessivos governos centrais naqueles portugueses que, pelas referidas razões de ordem social, económica ou demográfica, mais necessitariam precisamente do contrário!

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida ordinariamente no dia 30 de junho de 2015, repudia veementemente a decisão do Ministério da Saúde de encerrar o Laboratório de Saúde Pública de Portalegre; apelando a que tal decisão possa ainda ser revista e anulada, a bem da coesão nacional e da defesa dos interesses do Distrito e de todos os Portalegrenses!”

Lidas as moções e dada a palavra a Luís Testa, o mesmo disse ser óbvio que as duas moções diziam basicamente o mesmo. No entanto, entendia ser positivo que pudessem aprovar as duas moções e remetê-las em separado, uma vez que seria uma duplicação do sentido da Assembleia Municipal e que não se esgotava somente na participação de uma bancada. Entendia, inclusive, que a posição do Município e do distrito de Portalegre sairia reforçada com a aprovação dos dois documentos. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que uma só moção teria mais força e que, no caso em concreto, os termos da moção aprovada pelo CLIP seria mais consensual. Naquele sentido, votariam favoravelmente a do CLIP, ao contrário da do PS. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse que a ideia era, uma vez que tinha sido aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, que o fosse também na Assembleia Municipal. -----

Pedindo o uso da palavra, Fernando Areias disse compreender que seria menos um serviço que teriam disponível em Portalegre, mas o problema também podia ser visto de uma outra perspetiva, pois o laboratório em causa fazia, em média, menos de uma análise por dia e que dos doze laboratórios de saúde pública em Portugal se ponderava o encerramento de quatro deles. Contudo, na medida do Governo era ressalvado o facto de que as poucas análises feitas diariamente continuariam a ser asseguradas pelos equipamentos hospitalares da região. No entanto, iria votar favoravelmente a moção do CLIP. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que o que estava ali em causa não era fazer apenas uma análise por dia, mas o facto de, mês após mês, o distrito estar a ser delapidado com a saída de mais serviços. O que contava eram os postos de trabalho e as pessoas que cada vez mais eram menos, afetando também a qualidade de vida no concelho. -----

Deliberação Moção do PS: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (8 PS; 4 CDU; 2 CLIP (João Nuno Cardoso e Maria Conceição Miranda) e 1 Independente (Jorge Isidro), com 2 votos contra (PSD) e 11 abstenções (10 CLIP e 1 Independente, Fernando Areias) em 28 presenças, aprovar a moção do PS. -----

Declaração de voto (PSD - Cristóvão Crespo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Para deixar bem vincado nesta Assembleia que os campeões dos encerramentos, o Partido Socialista, eram agora os grandes paladinos contra os encerramentos. Se há alguém que tem um historial de encerramentos é o PS e esta é, de facto, a constatação que nós temos de fazer de que o partido socialista teve aqui a hipótese de um serviço com a dimensão que tem, para manifestar a sua indignação, quando nem sequer está em causa o emprego das mesmas pessoas que estão nesse mesmo laboratório, pois essa situação está assegurada, à partida, uma vez que parte deles são funcionários da ULSNA e os outros três funcionários terão a oportunidade de opção entre os dois serviços: ARS ou ULSNA.”

Declaração de voto (PS - Luís Testa)

“Eu, aqui como em qualquer lado, não distingo quem ataca a minha terra e o meu distrito. Se houve governos do PS, o meu partido, que encerraram serviços, merecem a minha condenação, até porque os interesses da população do distrito de Portalegre estarão sempre à frente dos interesses partidários. Na verdade, o deputado Crespo reage sempre, sistematicamente, ao contrário. O deputado Cristóvão Crespo reconhece-se nesta fotografia, atrás do ministro da saúde, quando o mesmo anunciava o encerramento de mais um serviço no distrito de Portalegre? É o deputado Crespo que dá respaldo a estes encerramentos e esta a cruz que vai carregar às costas.”

Declaração de voto (Independente - Jorge Isidro)

“Eu quero sublinhar que acima dos interesses partidários, acima dos interesses pessoais, estará sempre, no meu entender, o meu concelho e o meu distrito e as minhas posições, nesta Assembleia Municipal, irão sempre neste sentido, independentemente de qualquer outra razão.”

Declaração de voto (CDU - Hugo Capote)

“Esta é uma declaração de voto dirigida aos portalegrenses, para lhes pedir que na próxima votem em nós, que é para deixarem de ouvir estes discursos a dizerem que uns fecharam mais serviços públicos que os outros.”

Passou-se de seguida à votação da Moção do CLIP.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar a moção do CLIP. -----

Entretanto, foi entregue à Mesa uma proposta do PS que a Presidente da Assembleia Municipal, aceitou e passou a ler:

Proposta - PS

Tendo em conta as sucessivas insuficiências de informação, as permanentes dúvidas levantadas à credibilidade das contas do município de Portalegre e as fundadas incertezas quanto aos procedimentos adotados, a Assembleia Municipal de Portalegre, no exercício das suas funções de fiscalização da atividade municipal e dadas as manifestas incapacidades técnicas para a prossecução cabal desta competência, determina que:

- 1 - A parte técnica da sua atividade de fiscalização das contas e procedimentos será prosseguida por entidade externa;
- 2 - A entidade externa designada deverá ser um referente na área;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 - Todos os procedimentos devem ser desenvolvidos para que a adjudicação seja efetuada, impreterivelmente, até 30 de dezembro de 2015.

Nestes termos, mais do que a salvaguarda do trabalho dos membros da Assembleia Municipal de Portalegre, o objetivo principal é que se dissipem as nublosas de suspeita que atingem todos os autarcas executivos, permitindo-lhes preservar o seu bom nome, a sua integridade e a sua idoneidade.”

Luís Testa pediu a palavra e no seu uso disse que ao terem sido ali confrontados com deficiências de informação e com dúvidas sistemáticas relativamente aos procedimentos adotados e tendo em conta que o executivo podia pedir auditorias às contas do município e à atividade municipal, bem como de todos os elementos a entidades externas, que contratasse.

No entanto, no caso da Assembleia Municipal era mais grave, pois era competência própria da Assembleia a fiscalização da atividade municipal. Não raras vezes, não ficavam suficientemente esclarecidos, para que pudessem abordar os assuntos de forma honesta e com conhecimento de causa. Parecia-lhe ser benéfico que a Assembleia Municipal pudesse contar com uma auditoria permanente, para terem segurança nas deliberações tomadas, em sede de Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que não fazia sentido o argumento utilizado em relação ao desconhecimento técnico, porque poderia conduzir à necessidade de contratarem um apoio jurídico ou um parecer de engenharia. Por outro lado, recordou que as contas do município eram certificadas e havia organismos oficiais que faziam periodicamente a análise devida. Lembrou ainda que também estava em preparação um programa de ajustamento municipal que seria muito escrutinado pelas entidades que o iriam apreciar, se aquela Assembleia o aprovasse. Não entendia a necessidade de se estar a sobrecarregar financeiramente o município com uma contratação de um perito externo naquela área, com caráter permanente. Se dúvidas houvesse, específicas ou pontuais sobre algum documento que fosse ali apresentado, aí sim, poderiam discuti-lo. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o objetivo daquela contratação era tão somente para que se explicasse, por exemplo, como foram feitas as movimentações contabilísticas durante os períodos de 2010 e 2011, relativamente às transferências feitas para o BPI, porque as mesmas nem constavam das contas do Município, tinham sido objeto de apreciação pela entidade que certificou as contas, foram objeto de apreciação política na Assembleia Municipal e o facto era que ninguém tinha cruzado as saídas de dinheiro das contas da autarquia, com a contabilidade municipal. Portanto, existiam perdas de informação para as quais era necessário haver alguém, externo e independente, que não tivesse uma ligação permanente com o Município. Por último, salientou que o importante seria identificar o que poderia estar mal para trás, para saberem aquilo com que contavam no futuro. -----

Novamente usando da palavra, Miguel Serafim referiu que as questões suscitadas pelo membro Luís Testa já tinham sido colocadas de forma concreta aos serviços técnicos do Município, por forma a obter um esclarecimento fundamentado sobre tais movimentações. Portanto, a resposta teria de vir, em primeiro lugar dos serviços do Município e se, eventualmente, os mesmos não conseguissem dar resposta ou se a mesma suscitasse dúvidas, então sim, poder-se-ia considerar o recurso externo. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que o ponto 6, daquela ordem de trabalhos, vinha responder àquelas dúvidas e à necessidade da contratação daquele tipo de serviço. Perguntou porque é que faltavam elementos nas contas do Município, nomeadamente aqueles constantes de uma sentença judicial. Acrescentou que eram aquelas as respostas que seria imperioso obterem. Em conclusão, estavam a falar de centenas de milhares de euros que era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

preciso saberem como tinham escapado às contas do Município, visto que as mesmas não refletiam tais movimentações bancárias. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro quis deixar claro que se associava à proposta do Partido Socialista e que quando existiam dúvidas tinham de ser esclarecidas, o mais rapidamente possível. -----

Luís Testa pretendeu lembrar os presentes de que não existia pior coisa para a política, para os políticos e para a democracia do que as intencões sobre o caráter das pessoas. O clima que se vivia na cidade, com a falta de conhecimento que se tinha gerado através do desaparecimento do movimento contabilístico de tranches importantes de dinheiros do Município era uma intencão que recaía sobre os gestores do dinheiro público e eles enquanto salvaguarda do interesse público, não podiam permitir que a cabeça das pessoas estivesse permanentemente, no cepo. Mais disse não se sentir bem com a dúvida que pairava relativamente à idoneidade dos autarcas de Portalegre. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que ao ter ouvido a proposta em causa, também tinha ficado com a sensação de que seria uma espécie de uma avença que aquela Assembleia criaria, como entidade externa, que avaliaria as contas da Câmara. Tal proposta, apesar de poder ajudar quem tinha o dever de fiscalizar e não tinha formação específica para tal, poderia retirar alguma legitimidade àquela Assembleia. Convinha ponderar bem a situação. Contudo, aquele momento que estavam a atravessar era um caso concreto e pontual em que tal se justificaria. Lembrou que uma dívida que não foi deliberada pela Câmara não era uma dívida legal que tivesse de ser assumida em termos orçamentais. Era bem verdade que as contas da câmara eram revisadas e assessoradas pelo ROC, mas também era certo que o mesmo, em todo o perímetro da Câmara, que mexia com a Fundação Robinson e com Mercado Municipal, em alguns daqueles pontos deixava alguns apontamentos a dizer que tinha falta de informação e que, obviamente, não podia assegurar que estivessem certos. A CDU achava que aquela questão se justificava, antes de irem para o FAM, de modo a saberem se não iriam descobrir algo indesejado. Em conclusão, disse ser importante ter a certeza de que as contas, no perímetro orçamental e financeiro da autarquia estavam certas e que não existiriam problemas doravante. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, para o PSD, também o princípio tinha sido o da transparência e que algumas das reflexões que o membro Hugo Capote fez tinham todo o sentido. A auditoria, como trabalho sistemático e permanente, talvez fosse excessiva mas na lógica da clareza e para identificar as situações que pudessem estar identificadas, achava que podia fazer sentido. -----

No uso da palavra, João Cardoso achava que não faria sentido a generalização de uma fiscalização continuada. Lembrou que já tinha havido uma moção, apresentada pelo PS e CDU, em 28.03.14, aprovada por unanimidade, a qual tinha a ver com aquela questão. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o problema era o facto de, apesar de já terem apresentado pedidos idênticos, o tempo passou e nada se fez, nem nada se apurou. Portanto, o objetivo de terem uma auditoria concreta, sobre dúvidas concretas, era necessária pela simples razão de se terem deparado, uns com os outros, a questionarem-se sobre o que seria aquele elemento. Inclusivamente a Presidente da Câmara já tinha deixado escapar, naquela Assembleia, a sua ignorância sobre determinados assuntos. Em conclusão, estavam perante um cenário que, em abono da verdade, os portalegrenses não conheciam e, certamente, estariam todos de acordo na necessidade de existir mais transparência nos assuntos ali apresentados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse não ter problema algum em que houvesse uma auditoria à autarquia. A única coisa que achava era que deveriam reconsiderar se a altura indicada. Relembrou o facto de não haver fundos disponíveis e que um escrutínio daqueles seria no valor entre 30.000 a 50.000€. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, em primeiro lugar, gostaria de saber em que é que era fundamentado o orçamento de auditoria. Em segundo lugar e relativamente à responsabilidade da Presidente da Câmara, disse-lhe que deveria estar mais preocupada com a sentença, que constava do ponto 6 daquela ordem de trabalhos, porque ali sim a mesma tinha responsabilidade civil, criminal e reintegratória. As questões que iriam discutir naquele ponto só tinham acontecido, porque não tinham “atacado” a tempo, aquela necessidade que ali estava em causa. Salientou que era fundamental saber-se, ali, aquilo que se devia, a quem se devia e a quem não se devia. Portanto, sem fazer juízos de valor a quem queria, ou não, a auditoria em questão, referiu que a Assembleia, enquanto órgão fiscalizador da atividade municipal, tinha de tomar decisões informadas e procurar ajudar o executivo a desempenharem melhor o seu papel. -----

No uso da palavra, Hugo Capote, perante o que tinha ouvido, concluiu que ninguém estava contra aquela auditoria e o que achava era que a única argumentação contrária era a da Presidente da Câmara, de não ter fundos disponíveis, o que seria um problema da autarquia. Contudo, o que seria importante, era que a Assembleia Municipal aprovasse a recomendação à Câmara Municipal e depois fariam o que entendessem, com alguma margem de manobra. Salientou que estavam ali mandatados, não para a gestão do exercício financeiro, mas para fazer escolhas políticas e aquela era uma das opções políticas que lhe parecia não ser contestada por ninguém. Portanto, de uma vez por todas, era importante afastar as dúvidas que se prendiam com o Mercado Municipal, com os SMAT, até em relação ao *timing* da ida ao FAM, para depois não serem confrontados com coisas que não batiam certo. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim, relativamente à transparência das contas, entendia que era indiscutível que ninguém as colocasse em causa. Lembrou que se a intenção do recurso ao FAM fosse adiante, seria elaborado um programa de ajustamento municipal que implicaria um levantamento exaustivo, assim como um escrutínio efetivo de tudo aquilo que era movimentação financeira e dívida do Município. Portanto, propôs que deixassem que o programa de desenvolvimento municipal se fosse desenvolvendo, acreditando nos serviços do Município para a elaboração do mesmo e se, quando fosse apresentado, as dúvidas subsistissem, então todos deveriam associar-se à necessidade de a auditoria ser realizada. ----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que a única coisa que a afligia era, pura e simplesmente, a questão orçamental, pois não poderia deliberar algo que não estivesse orçamentado, sem que para tal houvesse fundos disponíveis, porque era ilegal. Embora concordasse com a questão, salientou o facto de ser complicada de orçamentar. Estava cá para esclarecer fosse o que fosse e mesmo com a situação da sentença, que foi algo que aconteceu em 2007, da qual nem teve conhecimento, mas que também estava cá para a resolver, sem receios. Quanto à questão da auditoria, para se fazer como deveria ser feita, precisava de tempo, mas adiantou que seria quase impossível. Por fim, realçou que tinha sido constituído uma Comissão para os Assuntos Económicos, em Assembleia, mas que nunca chegou sequer a funcionar. -----

Usando a palavra, Luís Testa não discordando da bancada do CLIP, propôs que pudessem apresentar aquela proposta, para esclarecerem cabalmente, o que era necessário esclarecer, se a investigação tendente ao FAM não for suficiente. Contudo, referiu que, em primeiro lugar não tinham garantias de que o Município fosse recorrer ao FAM, sobre o qual o próprio estava contra, além de que a proposta era uma alternativa à que propôs o membro Miguel Serafim e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ainda, nem sequer havia garantias de que o plano fosse aprovado por quem de direito. Provavelmente, se aquela auditoria tiver os resultados que alguns esperavam, até poderia ser que se livrassem do recurso ao FAM. Portanto, seria adequado que aprovassem e implementassem aquele método, ficando-se a conhecer as contas do Município. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 12 votos contra dos membros do CLIP e 16 a favor, em 28 presenças, aprovar a proposta. -----

Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)

“Esta auditoria recomendada pela Assembleia Municipal, por uma maioria relativamente confortável, deverá ser realizada o mais depressa possível e que incida especificamente sobre alguns dos problemas e das questões levantadas e que não dependem dos técnicos.

Falo nomeadamente da fundação Robinson, falo da questão do CAEP/BPI, falo dos serviços municipalizados e também do mercado municipal.

Partamos ou não para o FAM, e nós vamos lutar para que não, partamos com as contas limpas e as nublosas afastadas.”

Solicitando a palavra, Rui Simplício referiu ter reparado no novo quadro dos tempos de intervenção, o qual tinha resultado de uma proposta feita pelo próprio, na última assembleia, onde ficou deliberado que os tempos aprovados para os independentes e para o PSD seriam de 5+5+10 minutos, respetivamente. No entanto, tinha entendido que, em relação aos restantes grupos, seriam acrescentados os tempos proporcionais, partindo sempre de uma base de 20 minutos. -----

A Presidente da Mesa informou que na altura da proposta foi dito que se iria quebrar a regra da proporcionalidade. Mais disse que, ouvida a gravação, o que tinha sido votado foi precisamente o que ali estava apresentado. -----

Usando a palavra, Rui Simplício disse que seria altura para o grupo, já constituído, alterar o regimento. -----

A Presidente da Mesa salientou que só o grupo municipal do CLIP tinha comparecido às marcações que tinham sido feitas. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse à Presidente da Mesa que quando lhes enviava e-mails das referidas marcações somente com duas horas de antecedência seria difícil poder comparecer às mesmas. Mais referiu que quando a Presidente da Câmara disse que as comissões não funcionavam, se tal acontecia era graças à Presidente da Assembleia Municipal, porque era quem as tinha de convocar. -----

A Presidente da Mesa provou com o e-mail enviado que mesmo não tinha sido enviado somente duas horas antes e que havia que dizer a verdade e não meias verdades. -----

ORDEM DO DIA:

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo perguntou à Presidente da Câmara, quanto à renovação do contrato de estacionamento, se não seria melhor estudarem primeiro os impactos daquilo que tinha sido uma decisão significativa para a cidade e disse que sem fazerem primeiro aquele trabalho, não faria sentido renegociar o contrato. Relativamente aos acordos das freguesias, questionou se as Juntas já tinham recebido as verbas respeitantes aos mesmos. ---

A Presidente da Câmara, em relação à última questão, disse que já tinham recebido as verbas. Quanto ao estacionamento, foi feito um estudo que tinha a ver com a avaliação do estacionamento de superfície e do subterrâneo, bem como daquilo que apontavam como sendo uma solução futura, que iria ser apresentado no dia 13, em reunião de Câmara e que seria depois apresentado ao público e àquela Assembleia Municipal. Acrescentou que foi tido em conta o que já existia e as necessidades ou pretensões demonstradas por alguns munícipes e que as tinham feito chegar ao Vereador do pelouro do trânsito. A lógica seria a de tentar que o estacionamento fosse ordenado e sem penalizar tanto as pessoas, pois o pagamento seria reduzido, introduzindo ainda melhorias no mesmo. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro, por aquilo que leu do contrato com a empresa do estacionamento, perguntou à Presidente da Câmara se o tempo para a renovação do mesmo estava prestes a esgotar-se ou se se renovaria automaticamente -----

A Presidente da Câmara disse que o contrato se esgotava no final de agosto e a renovação teria de ser com um mês de antecedência. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro perguntou se o contrato não teria de ir àquela Assembleia, quer fosse a aprovação ou a denúncia do mesmo. -----

A Presidente da Câmara informou que o concurso iria primeiro à reunião de Câmara e voltaria à Assembleia para se lançar, em termos da contratualização. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou quem tinha elaborado o estudo da Resopark, se foram técnicos da Câmara ou alguém externo. Perguntou ainda se as transferências de competências, no acordo com as juntas de freguesia, estavam todas decididas, se a questão tinha a ver só com as verbas para poderem honrar as competências ou com as próprias competências. Por último, salientou que podiam ali falar ainda em vários assuntos que estavam no FAM, porque era a primeira vez que estava mencionado na informação da Presidente. Afinal, estavam a falar de uma injeção de quanto? Lembrou que o PAEL era de cerca de 1.200.000€, sendo que não faria muita diferença e daria somente para pagar as dívidas a fornecedores, sem ter qualquer impacto na economia local. Pelo que percebeu das declarações da Presidente, parte do serviço de dívida da Câmara era muito pesado, por causa das dívidas à Valnor e às Águas do Norte Alentejano e que o FAM serviria para, pagando aquelas dívidas, desafogar o restante erário da autarquia, permitindo algum investimento. Portanto, questionou qual a verba que iria para investimento, como é que ficava o serviço da dívida e quais eram os juros. Perguntou ainda se a única implicação que iriam ter seria o IMI ou se haveria também aumento de outras taxas aos cidadãos. -----

No uso da palavra, a Presidente disse que ainda estavam em negociação com as Juntas, mas que as competências e os valores a que chegaram já estavam definidos, junto dos Presidentes das mesmas. Relativamente à questão do FAM, lembrou que, na altura, o PAEL era cerca de um milhão e meio mas que poderia ir a muito mais, numa segunda fase, como foi para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

algumas Câmaras. Referiu que, a priori, parte do PAEL teria sido para pagar dívida ao estado. Contudo, iriam acabar por pagar na mesma, porque entretanto tinha sido feita a retenção do FEF para se pagar ao próprio Estado e, daquele modo, ficaram pior do que o que estavam se tivessem ido ao PAEL. Quanto ao FAM, o que estava em orçamento era meramente uma proposta, não queria dizer que fossem aquelas as entidades. A proposta tinha sido no sentido de perceber quais as entidades que estavam a onerar mais a Câmara, sendo estas a VALNOR, as Águas do Norte Alentejano e o próprio saneamento financeiro. Acrescentou que a dívida de curto prazo aos fornecedores andava na ordem dos 150.000€ e não era aquele valor que iria asfixiar a autarquia. Naquele sentido, referiu que estavam a fazer um esforço para irem pagando aos mesmos, pois tinha a ver com a economia local. Quanto às Águas do Norte Alentejano, estavam a falar de valores mais elevados, cerca de 4.476.231,38€, mais juros de 4%; assim como à VALNOR, onde o valor ascendia a 759.423,35€ e em que os juros eram entre 5 a 6%. Em relação ao banco BPI, referiu que o saneamento financeiro acordado com aquela entidade tinha uma prestação em atraso de cerca de 1.137.968,62€ e o restante montante era de 10.508.189,30€. Portanto, o saneamento financeiro era de 17.000.000€ e já tinham pago 5.000.000€, o resto teria de ser pago até 2020. As mensalidades eram brutais e asfixiavam bastante o Município e praticamente toda a receita de IMI que entrava era para pagar o saneamento financeiro. A proposta seria reformular e estender o prazo de pagamento da dívida, referente ao saneamento financeiro, e não somente o facto de pedir o dinheiro. Através do FAM, iriam tentar renegociar o valor da dívida, tanto às Águas do Norte Alentejano, como da VALNOR, sendo que os juros do FAM eram os juros da dívida pública, acrescidos de 0,25%, mas que mesmo assim eram mais baixos do que os praticados pela AdNA e pela VALNOR. Mais disse que o importante era desonerar a Câmara daqueles valores mais significativos, porque o restante estava com planos de pagamentos, que não tinham, praticamente juros. Acrescentou que existia uma dívida à Caixa de Crédito Agrícola, já documentada pela Divisão Financeira, na ordem de um milhão e tal, mas que também não tinha juros e que não iria ser reformulada através do FAM; iriam ter uma reunião acerca daquela questão que tinha a ver com compra de edifícios da Fundação Robinson. Por último, lembrou que no orçamento anterior, que era de 18 milhões, obviamente que não tinha espelhada a dívida toda da Câmara (39 milhões), e, portanto, era um orçamento plurianual. A dívida do saneamento financeiro tinha sido negociada na altura (2008) com um plano de pagamento ao longo dos anos e, portanto, a razão de ter de ser reformulada era porque o contexto económico do país e da própria Câmara de Portalegre, em 2008, era completamente diferente. Em conclusão, ao juntarem os 4.500.000€ com os cerca de 700.000€, mais a prestação em atraso, estavam a falar de aproximadamente 6.5000.000€, mais a dilatação do prazo de pagamento do saneamento. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se aqueles 6,5 milhões eram para pagar dívida, de onde é que viria a folga para investimento, para transferência de competências, alcatroar, tapar os buracos. -----

A Presidente da Câmara informou que ao recorrerem ao FAM, de forma a pagar à VALNOR e à AdNA, iriam dilatar no tempo aqueles planos de pagamento, também para terem alguma flexibilidade para se fazer investimento. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que, após ter lido o relatório municipal, não tinha conseguido ver nada direcionado para o desenvolvimento económico, o que continuava a considerar ser a chave para os problemas atrás mencionados. Voltou a referir que houve falta de estratégia por parte do executivo, pois só se preocuparam em liquidar a dívida. No entanto, aquela obsessão impediu que se tivesse elaborado um plano estratégico que tivesse feito aumentar a receita do município e, antes pelo contrário, tem-se vindo a perder receita nos últimos anos. Lembrou que o desenvolvimento económico é que gerava riqueza, fazendo com que a economia funcionasse e assim o município recebesse mais receitas. Disse que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

infelizmente, iriam continuar sem estratégia, além de que, com a base no FAM, a Presidente deixaria de ser líder e passaria a ser liderada. Considerava aquela política errada, pois achava que todos se deveriam preocupar com o desenvolvimento económico e trabalhar em parceria, para tal. Em conclusão, disse que se a Presidente da Câmara continuasse com aquele tipo de política para o ano ainda teria menos receita, e assim sucessivamente, além de que não conseguiria fixar cá ninguém e cada vez abalariam mais pessoas e mais empresários da cidade. Por último, e enquanto empresário, referiu que, há treze anos atrás, tinha iniciado cá a sua atividade e a primeira preocupação foi criar as condições para investir mas, após estes anos, estava arrependido pois tem sido bastante prejudicado. As coisas não deviam correr bem apenas para alguns investidores, mas sim para todos. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que aquela era uma das sessões mais concorridas pelo público. Referiu que, na questão do FAM, a Presidente de Câmara deveria explicar melhor às pessoas o que é que o mesmo implicava e quais as consequências para Portalegre. As contas eram fáceis de fazer e, no total, estavam ali a falar de cerca de 12 milhões de euros. O executivo municipal, que aprovou o plano desde 2008, tem empurrado orçamento para a frente e assim, daquele modo, irão andar vinte anos a pagar dívida. Salientou que no “Portal da Transparência Municipal”, se dizia que para se pagar a dívida do Município, cada um dos cidadãos de Portalegre “devia” 1.650€, se considerassem 24.000 habitantes. Portanto, se cada vez a cidade perdia mais habitantes, então a dívida *per capita* do Município estaria a aumentar. Disse ainda que se deveria dizer às pessoas, de forma clara e honesta, o que é que implicava, na vida de cada uma, o facto de se recorrer ao FAM, uma vez que as taxas municipais irão passar para os máximos. Perguntou à Presidente de Câmara se os indivíduos do FAM lhe deram garantias, por escrito, de como seriam as regras da adesão e quais as alterações previstas. É necessário esclarecer as pessoas de que os 13 ou 14 milhões que virão, serão para pagar às Águas do Norte Alentejano e à Valnor e realçar o facto de que as mesmas andaram a pagar a água e os resíduos, durante anos e anos e a Câmara ficou com o dinheiro para gastar noutras coisas. Além de que nem seriam capazes de explicar em que é que tinham gasto o dinheiro, porque os cidadãos olham à sua volta e, na verdade, a cidade está morta e suja. Serviu apenas para pagar dívida, mas o certo é que as pessoas vivem pior. Cada portalegrense tinha a cidade que realmente merecia.

No uso da palavra, a Presidente da Câmara lembrou que a dívida já tinha sido de 53 milhões e a verdade era que tiveram de a pagar, porque senão era-lhes retirado do FEF e penalizada. Na altura, não foram ao PAEL porque se dizia que iriam pagar ao Estado. Contudo, o que o Estado fez a seguir foi retirar diretamente das suas transferências e, daquele modo, o dinheiro nem chegou a entrar na Câmara porque foi logo para pagar ao próprio Estado. Portanto, não era a Presidente da Câmara que decidia, era a própria lei e a forma como estava feita e salientou que seria penalizada se não pagasse. Referiu que também era sua preocupação o facto de estarem a perder habitantes e o grande problema da região era a falta de pessoas. No entanto, nos concelhos vizinhos, existiam alguns que já tinham perdido ainda mais pessoas, mas não tinham a dívida que Portalegre tinha. A questão ia para além daquilo. Afirmou que todos os dias fazia um esforço para atrair investimento. O problema da dívida já só poderá ser resolvido a nível central, com a coragem política de se fazer uma descentralização correta e estratégica, a nível nacional, pois não seria através dos Presidentes das Câmaras. Mencionou o exemplo da Câmara de Castelo Branco, a qual mesmo tendo dinheiro nos bancos, à ordem (100 milhões), mas que estava com um grave problema, pois todos os dias fechavam empresas. Portanto, o problema era muito mais profundo. Por último, desafiou quem quisesse fazer uma proposta concreta, porque, mesmo naquele contexto, a Câmara atual tinha conseguido trazer uma fábrica e 40 milhões de investimento. Disse ainda que os postos de trabalho não se mediam somente com a fábrica mas também com as dinâmicas geradas à volta da mesma, a montante e a jusante. Realçou que levaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

cerca de três anos em negociações com a mesma e foram dados todos os incentivos possíveis e não foram exclusivos para aquele empresário. -----

No uso da palavra, Luís Testa concordou com o facto de que os problemas estavam para além da dívida mas, contudo, aquilo que lhes era ali apresentado, em todos os mapas orçamentais e documentos políticos, redundava sistematicamente na dívida. A Presidente da Câmara construía grandes opções do plano e orçamentos para pagar dívida. Portanto, não poderia ser a própria Presidente da autarquia a queixar-se de que os problemas de todos estavam para além da dívida. Disse reconhecer que grande parte dos problemas de Portalegre e de outros concelhos do interior não seriam responsabilidade dos municípios e, obviamente, seria bom que o País tivesse uma estratégia para se reequilibrar. Contudo, não se podiam conformar com a ausência de estratégia e presumir que os problemas só podiam ser resolvidos pelos outros. A Presidente da Câmara deveria perguntar a si própria onde é que estava a estratégia do concelho de Portalegre para resolver a quota parte dos problemas que lhe competia resolver. Estranhava que a Presidente tivesse anunciado várias vezes o célebre “gabinete de apoio ao investimento”, pois não se sabia onde é que o mesmo estava. O problema maior de Portalegre era que não tinham sabido respeitar os movimentos de investimento existentes, a nível nacional e internacional, nem captar o que era necessário captar. Mais disse que era triste assistir aos anúncios de parangonas de jornal que falaram em transações de lotes da zona industrial para 300 unidades. Lembrou que a Presidente fazia parte de um ciclo eleitoral de 4 mandatos que, no final das contas, viram encerrar várias fábricas e unidades produtivas. Além do facto de que a empresa mencionada pela Presidente não seria nova, mas sim para substituir uma outra que já cá estava. Em conclusão, a Presidente devia assumir a responsabilidade, bem como identificar a estratégia de atração de investimento privado para o concelho de Portalegre, porque a cidade, atualmente, pouco mais tinha do que o emprego público e encontrava-se no limite da sobrevivência. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que a intervenção da Presidente da Câmara tinha sido elucidativa mas que lhe ficava mal ter criticado a dívida da Câmara, pois a mesma tinha apoiado o principal mentor da dívida (Mata Cáceres). Tal como também tinha apoiado o governo da altura, embora qualquer um tenha direito a mudar. Não conseguia perceber o que é que iria mudar dali para a frente, pois tinham de pagar a dívida às Aguas do Norte Alentejano e à VALNOR, para depois passarem mais cinco anos a criar nova dívida. Perguntou à Presidente da Câmara o que iria mudar, estruturalmente, pois os cidadãos já tinham pago aquela água, bem como o tratamento dos resíduos sólidos. Aquela dívida foi feita porque ambas as criações daquelas empresas foram um mau negócio para a cidade de Portalegre. Os portalegrenses já estavam a pagar bem cara a água que se consome e o tratamento dos resíduos. Perguntou qual era a folga possível para o resto de investimento que a Presidente pretendia fazer e se iria dilatar o plano de saneamento financeiro. Lembrou que a autarquia tinha falhado, rotundamente, o plano financeiro (17 milhões) em 2008. Seria agora, com somente 5 milhões, que ficava a salvo? O que iria acontecer era, efetivamente, obrigar os cidadãos a pagar mais IMI para depois os problemas continuarem, porque a estrutura não era a correta. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que, efetivamente, todas as pessoas tinham direito a conhecer os contornos do FAM e o que o mesmo lhes iria exigir, assim como saberem quais as alternativas. Referiu que ao longo das últimas reuniões, sempre que discutiram aquele tema, ainda não tinha percebido, verdadeiramente, qual era a alternativa que era apresentada. Disse que era evidente a existência do problema e que como estava evidenciado no portal atrás referido, a dívida total do município de Portalegre superava em 70% a dívida dos municípios que podiam ser comparáveis ao de Portalegre, tendo em conta o seu perfil sócio económico. A solução não poderia passar por não pagar a dívida e permitir que a Câmara entrasse em incumprimento; a outra solução, obviamente, seria a de reestruturar a dívida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Contudo, não poderiam pagar tudo durante o próximo ano (38 milhões), nem havia condições para tal. Se inclusivamente os planos de pagamentos que estavam acordados eram insustentáveis, face ao nível de receita, a solução teria de ser reestruturar a dívida, através do FAM. Se, eventualmente, alguém tivesse uma solução alternativa menos penalizadora, concerteza que todos iriam agradecer. Mais disse que estava completamente de acordo com a parte do desenvolvimento económico, já variadas vezes apontada por Jorge Isidro, no entanto, não podiam esquecer que a dívida era um problema presente. Era crucial minimizar o constrangimento financeiro que o Município tinha, que permitisse apoiar melhor as iniciativas de investimento económico que pudessem surgir e ser, ao mesmo tempo, proactivo na busca por iniciativas de investimento. -----

No uso da palavra, Sara Cid perguntou à Presidente da Câmara porque é que há dois meses lhes tinha dito que a dívida era de 37 milhões e atualmente dizia que era de 39 milhões. Era uma diferença de dois milhões, em dois meses. -----

A Presidente da Câmara explicou que tinha a ver com a dívida consolidada (39M) ou não consolidada (37M). -----

No uso da palavra, Luís Testa quis lembrar ao membro Miguel Serafim já ali tinha, há tempos, enunciado a solução alternativa, quando disse que concordava com o alargamento da base tributária. O Município de Portalegre nunca teve uma estratégia, até então, para se alargar aquela base, de modo a permitir trazer mais empresas e mais pessoas, as quais pagariam também impostos e assim dividiriam os custos por mais, tornando-se menos onerosos para cada um. Na política e na vida havia aqueles que tentavam criar emprego e, outros, que tentavam agilizar mecanismos para que se pudesse criar mais emprego; mas também havia outros absolutamente inúteis que nem criavam nem ajudavam a criar. Portanto, o Município de Portalegre não se podia colocar na posição de inútil, tanto para os que cá estavam, como para os que queriam vir para cá. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse ter ficado preocupado com a comparação da Presidente de Câmara, pois os concelhos mencionados eram pequenos em relação a Portalegre, os quais não tinham praticamente empresas e que, obviamente não conseguiam fixar as pessoas. Lembrou que Portalegre era uma capital de distrito e não se podiam dar ao luxo de perder mais pessoas e empregos. Era perceptível que não havia ali estratégia, mas todos sabiam que uma estratégia era, basicamente, saber o que fazer durante o caminho a seguir. Quanto aos incentivos que a Presidente disse ter dado aos empresários, lembrou que o IML, na zona industrial, era taxado de formas diferentes e que na mesma zona envolvente, uns tinham minoração e outros não, assim como a fórmula das licenças de construção em que cá se dividia por 100, e noutros concelhos dividiam por 1000. Também não foi por acaso que houve uma fase em que os lotes da zona industrial estavam todos vendidos e posteriormente alguns foram entregues, pois as pessoas não conseguiram pagar o IML, de valor elevadíssimo. Solicitou, portanto, à Presidente que, mais que não fosse, se empenhasse em fixar os empresários que ainda cá estavam. -----

No uso da palavra, Fernando Areias, quanto ao FAM, referiu que na sua declaração de voto, aquando do chumbo do orçamento, estava patente na mesma que o município tinha chegado a uma situação lastimável e só com o FAM se poderiam alavancar as escassas hipóteses de o concelho sair daquela situação. Perante o que ouviu do membro Miguel Serafim, perguntou o que é que tinha mudado desde novembro de 2014 até hoje, visto que o mesmo perguntou à oposição, quais as alternativas que apresentavam ao recurso ao FAM. Em relação às contas de 2014, num ofício enviado em 09.01.15, pelo FAM, indicava-se a verificação dos pressupostos de acesso, da dívida total, para que a Câmara pudesse recorrer ao FAM. Em conclusão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

lastimava que tivessem demorado sete meses para perceberem que tinham de recorrer ao FAM.

A Presidente da Mesa lembrou os presentes de que as perguntas deveriam ser dirigidas ao executivo, e que já tinham ultrapassado largamente o tempo previsto para discussão daquele ponto.

Solicitando o uso da palavra, Luís Alentejano disse que pior do que uma má solução era não existir qualquer solução e nada para ser apresentado, senão demagogia. Perguntou porque é que o PS, na altura dos mandatos, não tinham feito o aumento da base tributária. A dívida já vinha de trás e a solução não era deixar de a pagar. Portanto, em vez de se dizer mal, que era o mais fácil, deveriam apresentar ali soluções.

No uso da palavra, Miguel Serafim, quanto à questão colocada por Fernando Areias, disse não ter participado na reunião da Assembleia Municipal, na qual tinham discutido o orçamento e, portanto, nunca se manifestou nem contra, nem a favor do FAM.

2 - Ata n.º 14, relativa à reunião realizada em 30 de abril de 2015;

Presente a Ata n.º 14, relativa à reunião realizada em 30 de abril de 2015.

No uso da palavra, Rui Simplício solicitou que, na ata em questão, no ponto 10, relativo ao relatório e contas da Fundação Robinson, ficasse registado o facto de o mesmo ter saído da sala para não tomar conhecimento.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção (Diogo Júlio), aprovar a ata atrás referida.

3 - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre - 1.ª alteração;

- Deliberação de 01.06.15 -

Presente informação n.º 74, de 22 de maio de 2015 da DOPGU, relativamente ao plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre (PPZIP) - 1.ª Alteração - Final do período de discussão pública, a propor a aceitação da proposta de alteração ao Plano. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta de alteração.

No uso da palavra, o Vereador Nuno Santana fez uma breve apresentação sobre o ponto em questão.

Não se tendo suscitado questões passou-se à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças (não estavam presentes na votação Luís Barata e Fernando Areias), aprovar a alteração (11 CLIP + 8 PS+ 4 CDU+ 2 PSD + 1 Independente, Jorge Isidro)

4 -Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre e Orçamento para 2015;

- Deliberação de 22.06.15 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana e com os votos favoráveis da Presidente, vereador Nuno Santana e vereadora Dulce Reis, aprovar com o voto de qualidade da Presidente, o orçamento e as grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2015.-----

Raúl Cordeiro pediu a palavra para questionar a Presidente da Câmara se iria apresentar o tema em causa -----

A Presidente da Mesa perguntou à Presidente da Câmara se pretendia apresentar os temas em causa, tendo a mesma dito que não.-----

De seguida, perguntou aos presentes se queriam alterar a ordem daqueles dois pontos, ou se os discutiam em conjunto.-----

João Cardoso disse que fazia sentido discutirem os pontos em conjunto.-----

Hugo Capote propôs que fossem discutidos os três pontos e que fossem depois votados separadamente.-----

Disse que, de certa forma, aquele orçamento já tinha sido discutido, tendo começado com problemas e seria necessário explicar porque é que tinha receita diferente da despesa, como é que iriam poder aprovar despesa para a qual não tinham receita. Questionou se o orçamento já pressuponha a ida ao FAM e se não fosse aprovado, se teria de ser refeito ou revisto. Salientou o facto de aquele orçamento ter sido elaborado sem a contribuição e/ou apoio dos vereadores da oposição, o que violava o estatuto da oposição e revelava desconhecimento ou má fé. Mais disse que gostaria de perceber quais os critérios utilizados para os dez trabalhadores que iriam ser reposicionados. Porque é que a Presidente não reposicionava todos os outros, visto que iria ter uma injeção de capital -----

A Presidente da Câmara disse que tendo em conta o chumbo do Orçamento em novembro, o que se pretendeu foi verter naquele documento as propostas feitas, tanto em Assembleia como pela Câmara. Obviamente que não foi possível incluir todas, mas iriam ser contempladas noutros anos. Naquele sentido e visto não haver fórmulas mágicas para aumentar a receita, a única forma era, de facto, o recurso ao FAM. Portanto, aquele Orçamento era feito com base no pressuposto da ida ao FAM. Contudo, não estava ali para decidir se iria, ou não, recorrer ao Fundo. Referiu que tinha auscultado o diretor do FAM, o qual estava disponível para vir reunir com os representantes dos Grupos ali presentes e à Câmara Municipal. Mais disse que, caso decidissem pela ida ao FAM, seria negociado e levaria o seu tempo e, portanto, não seria possível colocar todas as pretensões no Orçamento de 2015. Acrescentou que o PAM (Plano de Apoio Municipal) é que precisaria de um parecer prévio da Assembleia. Relativamente à questão do mapa de pessoal, informou que só 10 funcionários é que estavam na lista, mas a proposta do Vereador era de reposicionar 24, que estavam a exercer funções técnicas e que tinham a possibilidade de poderem ser reposicionados, desde que tivessem o 12.º, conforme a lei estipulava. Por outro lado, não era obrigatório estarem no mapa de pessoal todas aquelas pessoas, porque o reposicionamento só seria obrigatório a partir de seis meses, depois de estarem reposicionados na carreira. Tratando-se de um reposicionamento informou que não seria para sempre e teria de haver posteriormente um concurso. Caso fosse aberto o concurso, poderiam ficar, ou não. Se não ficarem, voltarão à sua anterior função. Na altura, o entendimento do Vereador era que poderiam ficar os que já estavam no orçamento apresentado em novembro, sem que houvesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

prejuízo de adicionar os outros que estavam nas mesmas condições. Sublinhou que a questão poderia não ser definitiva. -----

No uso da palavra Hugo Capote perguntou se só poderiam ser reposicionados 10 funcionários, naquele orçamento -----

A Presidente informou que poderiam ser reposicionados 24 funcionários, mas não havia a obrigatoriedade de constarem no mapa de pessoal. Havia pessoas que mesmo sendo assistentes operacionais auferiam mais do que quando passassem a assistentes técnicos. Portanto, foram feitas as contas e só seria obrigatório constar do mapa passados seis meses da reposição efetuada. Mais disse que aquela informação ainda não a tinha aquando da última reunião do executivo. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a questão não seria bem assim, porque pela legislação, o salário de um funcionário público não podia decrescer, após ser reposicionado ou ter alcançado um novo patamar na carreira. Do ponto de vista remuneratório, nunca poderia haver regressão. -----

A Presidente da Câmara salientou que alguns dos funcionários continuariam a ganhar o mesmo. Naquela lista dos 24 existiam já pessoas que ganhavam mais do que o primeiro patamar da carreira seguinte. Portanto, em termos de Orçamento, só havia alterações relativamente aos 10 funcionários e não nos restantes. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse deduzir que o recurso ao FAM estivesse a servir de forma equilibradora do próprio orçamento. Aquela não era a forma normal de um Município encarar, quer um Orçamento, quer o recurso a um instrumento que tinha como último objetivo o saneamento das finanças municipais. Portanto, o assunto deveria ser tratado sem o recurso a receitas fictícias e, ao mesmo tempo, colocar-se à discussão o requerimento ao diretor do FAM e ao Secretário de Estado da tutela, para a implementação do instrumento, no Município de Portalegre. Portanto, a Presidente da Câmara não lhes dava ali a garantia de ir recorrer ao FAM e a única garantia era o facto de terem um Orçamento desequilibrado, sem receita a cobrir a despesa. A Assembleia não podia cair naquele logro. ---

Jorge Isidro pediu a palavra e disse que jamais votaria aquele Orçamento favoravelmente porque assentava num pressuposto que ainda nem existia. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que não havia nenhum orçamento construído com base em pressupostos, cuja verificação fosse 100% garantida. Um orçamento era um conjunto de pressupostos que podiam, ou não, ser verificados e cuja verificação poderia ser mais certa ou mais incerta. Estavam ali perante um orçamento que partia de um princípio forte, que era o de o FAM ser aprovado. No entanto, não podiam garantir que o orçamento não viesse a ser retificado. O orçamento e as grandes opções não contemplavam uma receita fictícia. No âmbito da reestruturação da dívida que estava pensada na construção do Programa de Ajustamento Municipal, havia despesa que teria de ser realizada em 2015, mas que não estava a ser considerada. Pretendeu que ficasse claro que não se tratava de um empolamento da receita mas sim de assumir, com risco efetivo, o pressuposto em causa. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que aquele orçamento, ao contemplar uma rubrica para 2015, como financiamento não definido de 1.137.970€, para amortizações de empréstimos, então aquela verba já seria do FAM. Portanto, para se equilibrar o orçamento de 2015 tiveram de recorrer a uma receita fictícia, do FAM, para que o montante pudesse ser contemplado. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Hugo Capote questionou Miguel Serafim sobre se a despesa efetivamente suplantara a receita.-----

Em resposta, Miguel Serafim disse que, pela leitura dos documentos, havia despesa que devia ser assumida em 2015 e que se projetava no âmbito da reestruturação da dívida. Lembrou ainda que o orçamento, supostamente equilibrado, a que o membro Luís Testa se referiu, tinha sido chumbado naquela Assembleia, em 2014. Em conclusão, referiu que não era o facto de o orçamento ser “equilibrado”, ou não, que contribuía para que aquela Assembleia tomasse uma decisão favorável em relação ao mesmo. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa, relativamente aos dois orçamentos anteriores daquele mandato, disse que ficou abismado quando o membro Miguel Serafim corroborou ali as afirmações proferidas publicamente pela Presidente de Câmara, ao ter dito que o orçamento era bom porque estava equilibrado. Disse que só era orçamento se estivesse equilibrado e também só aceitava discutir a matéria de facto se a questão formal estivesse ultrapassada. Contudo, em relação àquele orçamento, nem se admitia discutir a matéria de facto, pois era um não orçamento. Por último, perguntou como é que explicava a verba orçamentada para 2015, no valor de 1.137.970€, que nem tinha receita prevista, a não ser sobre a miríade do FAM. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo, quanto ao orçamento, disse que desde o início ali tinha dito que teria de ser encontrada uma solução para a gestão do município. A estratégia ali anunciada pela Presidente da Câmara era tardia, pois o mandato já ia a meio. A matéria em causa era suficientemente importante para ir já na segunda versão, no último dia de junho. Lembrou que um orçamento era anual e já havia ali um desfasamento dos pressupostos inerentes ao mesmo. Disse ainda que tal situação iria pesar na votação do seu partido, pois também não consideravam o orçamento adequado. No entanto, estava de acordo que seria melhor ter um mau orçamento do que não ter nenhum. Na sua opinião, todos ali deveriam pensar o orçamento, em função dos interesses do concelho e dos munícipes. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que ao ler os documentos, recordou-se que a lei que regulava as entidades municipais, participadas pelas câmaras, dizia que eram ainda incluídas no plano de reestruturação da dívida (PRD) as dívidas que o município viesse a assumir no âmbito de processos de dissolução de empresas locais. Posto aquilo, disse ter tido a visão da dissolução da Fundação Robinson, aproveitando o FAM para a questão da dívida da mesma. Acrescentou que o orçamento em causa iria, no mínimo, ter uma votação estranha e que, provavelmente, tinham estado ali a discutir algo que não fazia sentido. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que à existência de um orçamento mau não contrapunha a existência de orçamento nenhum; contraporá sim um orçamento bom. O problema era que nem os vereadores do PS, nem da CDU e nem os próprios membros da Assembleia Municipal tinham tido a oportunidade para participar na construção do orçamento. Era um logro dizer-se que não existia orçamento nenhum e atualmente o orçamento municipal em vigor era o do ano anterior que, ainda assim, reputava melhor do que aquele, com as devidas alterações que foram feitas. O orçamento ali apresentado tinha uma premissa que o colocava no topo dos piores de todos, pois estava desequilibrado e não cumpria as premissas legais e de existência, além de empolar receita fictícia. Portanto, como orçamento era uma nulidade. Havia ainda outro assunto que tinha de ser trazido à coação, pois não podiam continuar sem contas aprovadas, uma vez que as mesmas não correspondiam à plenitude das movimentações financeiras do município, o que considerava um erro político da Presidente da Câmara, porque os técnicos não tinham conhecimento de toda a gestão documental do próprio Município e, daquele modo, estavam mal certificadas. Portanto, os membros daquela Assembleia ainda estavam à espera das contas de 2014, contendo tudo, para serem ali



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

apreciadas e votadas. Naquele relatório, a Presidente nem tinha mencionado sequer uma palavra acerca das contas de 2014 mas as mesmas não podiam ficar esquecidas.

No uso da palavra, João Cardoso perguntou ao membro Raúl Cordeiro se o seu grupo pretendia o encerramento e a extinção da Fundação Robinson.

Em nome do PS, Luís Testa respondeu que sim e disse que o CLIP tinha tido mais do que oportunidade para justificar a subsistência da Fundação Robinson e, até à data, só a justificaram financeiramente. Continuavam a atirar dinheiro para cima do problema, mas os problemas não se resolviam só com dinheiro mas também com coragem política e capacidade de decisão.

No uso da palavra, Hugo Capote lembrou que já estavam praticamente em julho e que já deveriam estar a discutir a execução orçamental de 2015. No entanto, ainda nem tinham o orçamento aprovado. Perante as palavras do membro Cristóvão Crespo, perguntou-lhe se, no final, preferia ficar associado àquele orçamento ou a nenhum orçamento. Recordou que já noutras alturas tinham viabilizado orçamentos mas que, perante aquele, a CDU preferia ficar associada a um não orçamento.

Terminadas as questões suscitadas passou-se à votação das GOP e do Orçamento -----

Deliberação GOP a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar as GOP com 13 votos contra (8 PS + 4 CDU+ 1 Independente, Jorge Isidro), 13 votos a favor (12 CLIP + 1 Independente, Fernando Areias) e 2 abstenções (PSD), com o voto de qualidade da Presidente da Mesa.

Deliberação Orçamento: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar o Orçamento com 13 votos contra (8 PS + 4 CDU+ 1 Independente, Jorge Isidro), 13 votos a favor (12 CLIP + 1 Independente, Fernando Areias) e 2 abstenções (PSD), com o voto de qualidade da Presidente da Mesa.

5 - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2015;

- Deliberação de 22.06.15 -

Presente o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana e com os votos favoráveis da Senhora Presidente, Vereador Nuno Santana e Vereadora Dulce Reis, aprovar com o voto de qualidade da Presidente o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2015.

A Presidente da Câmara informou que o mapa de pessoal fazia parte integrante do orçamento da Câmara e não era votado separadamente.

6 - Ação de Processo Comum - Banco BPI, S.A./Sentença - Para conhecimento.

- Deliberação de 22.06.15 -

Presente a sentença proferida no Processo n.º 24/14.0 T8PTG, referente ao processo comum - Banco BPI, S.A..

Luís Testa pediu a palavra e disse que gostaria de obter uma explicação eloquente da parte da Presidente da autarquia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que tinham sido condenados a pagar a dívida ao BPI, a qual era reconhecida.-----

Luís Testa perguntou à Presidente da Câmara se tinha lido a sentença atentamente -----

Em resposta, a Presidente da Câmara referiu que não a tinha lido na totalidade, mas que solicitou ao advogado da Câmara para lhe fazer o resumo da mesma. -----

Luís Testa perguntou se a Presidente via fundamento no recurso da sentença e se, sobre o ponto de vista material daquilo que estava pronunciado na mesma, concordava com o que lá vinha ou se via objeto de recurso, relativamente a alguma das parcelas -----

A Presidente da Câmara informou que a questão ainda não tinha sido debatida em reunião de Câmara, que iria ser debatida numa reunião extraordinária, no próximo dia 6. Questionou o advogado da Câmara, o qual lhe disse não haver matéria de facto nem de direito para haver recurso.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa perguntou à Presidente se, enquanto pessoa que obrigava judicialmente o município via substantivamente matéria para recorrer da sentença. -

A Presidente da Câmara lembrou que aquela matéria tinha sido retirada da reunião de Câmara, do dia anterior, porque não estava na posse de toda a documentação da sentença. --

Luís Testa questionou a Presidente da Câmara, se em algum momento, teria negociado a dívida com o BPI, depois de ali lhes ter dito que não. -----

A Presidente da Câmara disse que aquela não tinha sido a pergunta que lhe tinha feito anteriormente. Salientou que ainda não tinha lido a sentença e ainda não se iria pronunciar sobre a mesma. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa perguntou se a Presidente de Câmara tinha subscrito uma carta datada de 22.11.2011, do departamento de administração geral e finanças da Câmara, onde propôs uma renegociação, solicitando ao Autor da ação o pagamento do remanescente, em dívida, em 24 prestações mensais, no valor de 6.204,20€ -----

A Presidente da Câmara respondeu afirmativamente.-----

Luís Testa perguntou se a Presidente da Câmara tinha a noção de ter ocultado a existência daquela carta, quer à Câmara Municipal, quer aos vereadores, quer aos membros da Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Câmara disse ter dado ordem aos serviços para enviarem toda a documentação existente, relativamente àquele assunto. Obviamente que partiu do princípio de que a carta lá estivesse. Salientou o facto de que, quando tomou conta daquele assunto, levou o mesmo a reunião de Câmara e, na altura fez a negociação para obter tempo e pedir aos advogados para se pronunciarem sobre o assunto. Afirmou não ter nada a esconder sobre a questão, além de estar perfeitamente tranquila.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente nem se estava a dar conta da gravidade do problema, pois referiu que desconhecia o assunto mas, contudo, pediu um parecer à BAS e fez uma carta a renegociar a dívida. Portanto, aquela carta configurava a assunção da dívida e, daquele modo, só a Presidente é que obrigava o Município perante terceiros, obrigando também a pagar algo que, eventualmente o Município não teria necessidade de pagar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Perguntou ainda se a Presidente tinha feito tudo o que estava ao seu alcance para ganhar aquela ação. Relembrou que a informação em causa tinha sido trazida ao processo pelo BPI, porque o BPI é que constituía prova a favor da Presidente da Câmara. Salientou que jamais o Município de Portalegre iria constituir prova contra a sua Presidente. Portanto, a sonegação da informação tinha persistido para além daquilo que era admissível. A Presidente da Câmara Municipal de Portalegre traiu a confiança dos seus vereadores, bem como daquela Assembleia Municipal. Por último, referiu que o Ministério Público tinha conhecimento dos factos inerentes àquele processo, uma vez que havia matéria que se desenrolava para além daquela sentença, caso houvesse recurso ou não, relativa a potenciais abusos de poder, por parte dos titulares de órgãos públicos. Perguntou à Presidente da Câmara se tinha a noção de que poderia ser cominada no pagamento de uma reintegração pecuniária ao Município. Na verdade, o anterior Presidente, Mata Cáceres, tinha obrigado indevidamente o Município, como estava descrito na sentença e nas peças jurídicas, ao ter assumido um negócio jurídico que lhe estava vedado, nomeadamente a assinatura de um contrato de factoring. No entanto, o problema da atual Presidente era que, em vez de ter cortado com o problema já existente e de calibrar novamente a adequação jurídica do Município, persistiu no erro e ao ter tentado renegociar a dívida com o BPI, não só deu cobertura ao ato administrativo do anterior Presidente de Câmara, como se colocou nas mesmas circunstâncias em que se encontrava atualmente. Portanto, a Presidente da Câmara, num ato muito expedito, levou ali pela primeira vez uma sentença para ser discutida naquela Assembleia Municipal. O objetivo daquela inclusão do ponto na ordem de trabalhos seria, provavelmente, para fazer fé na desatenção da oposição, chamando-lhes incautos. Por último, referiu que o que estava realmente a acontecer era o facto da Presidente da Câmara lhes dizer que não conhecia o assunto e de não ter a mínima noção do problema que criou a ela própria e ao seu antecessor e ao Município de Portalegre. Provavelmente, o que iria acontecer, no fim de todo o processo, era uma penalização em que a Presidente seria cominada, pois ninguém pode faltar à verdade perante o Ministério Público e perante a Justiça. A sentença, mais cedo ou tarde, estaria na posse do Ministério Público e já deveria ter sido extraída certidão da mesma e, pessoalmente, era triste estar a assistir a um relaxe total da “coisa pública” e a um amadorismo de certas pessoas. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara referiu que o discurso anterior era perfeitamente desmontável, porque quando assumiu a posse da Câmara (08.08.11) não tinha conhecimento daquela questão e da primeira vez que foi confrontada com a mesma, foi a própria a denunciar a situação. Portanto, não tinha nada a esconder e o que fez, na altura, foi tentar perceber o que se estava a passar. De acordo com os advogados, tentou saber o que estava ali em causa, de modo a ganhar tempo e negociar com o BPI. Prova daquilo era a data em que tinha sido pedido o aconselhamento ao grupo de advogados. Acrescentou ainda que estava perfeitamente à vontade para responder a todas as questões do Ministério Público. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa lembrou à Presidente da Câmara de que a mesma era a vereadora do pelouro na altura do seu antecessor e, portanto, não tinha tido conhecimento daquela questão somente quando assumiu posse. Portanto, o desconhecimento não lhe aproveitava, porque a Presidente era a titular da pasta. O interessante era que não havia conhecimento do ofício da requisição do parecer ao grupo de advogados, nem ofício da requisição do serviço. Contudo, o parecer datava de 23.11.12 e, nele, o Meritíssimo Juiz do Tribunal de Portalegre dizia que a Presidente da Câmara tinha subscrito uma carta a assumir a dívida, datada de 22.11.11, ou melhor, um ano antes do parecer do grupo de advogados (BAS), os quais referiram que o que tinha sido feito nunca poderia ter sido feito em caso algum.

O problema era que a Presidente da Autarquia se enganava vezes demais, em matérias de importância crucial. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que a matéria em causa seria analisada pelas instâncias competentes e que, mais tarde, se saberia quem é que tinha a razão. -----

Hugo Capote pediu a palavra e disse que perante o que foi dito presumiu que os membros da CLIP não tivessem lido a sentença. Relembrou que, no anterior mandato, aquele assunto nunca tinha sido oficialmente discutido porque era um ato nulo. Quis perguntar à Presidente da Câmara porque é que em 22.11.11 tinha escrito uma carta ao BPI, para negociar a dívida e em janeiro de 2012 suspendeu os pagamentos ao banco. O que é que tinha mudado de novembro para princípios finais de 2013, quando inscreveu aquela dívida, sem saber ao certo de onde vinha, em orçamento. Salientou que, durante toda aquela “novela”, nunca a Presidente fez menção que tinha reconhecido a dívida. Era no mínimo estranho que a Presidente se tenha esquecido de que tinha assumido uma dívida para a qual não tinha deliberação, a qual até tinha sido chumbada pelo Tribunal de Contas. Lembrou que o busilís da questão decorreu de um terceiro pedido de trabalhos extra da obra do Centro de Artes e Espetáculos, que nem se soube muito bem que trabalhos foram; assim como, ainda na altura do anterior Presidente Mata Cáceres, se resolveu acabar com as fiscalizações externas de outras empresas, por terem percebido que iria dar mau resultado. Em conclusão, referiu que a Presidente nunca disse à Assembleia Municipal que tinha assumido a dívida e, por mais estranho que pareça, escreveu ao banco a pedir para renegociar a mesma, mas depois disse ao Tribunal que não a conhecia e levantou um processo ao banco. Portanto, tais atitudes levantavam-lhe as maiores das dúvidas sobre as verdadeiras intenções da Presidente da Câmara ter levantado aquele processo e porque é que não anulou uma decisão que era ilegal.

No uso da palavra, a Presidente da Câmara referiu que a decisão já era nula por ela própria e que o ato tinha sido feito em 2008 e ela nem sequer estava cá. Voltou a dizer que nunca tinha passado por ela. Em 2011, quando assumiu a Presidência da Câmara, foi ao BPI falar sobre o saneamento financeiro da autarquia e foi quando a confrontaram com uma questão sobre a qual não tinha conhecimento. Foi necessário juntar o processo e o que fez foi tentar ganhar tempo. Acrescentou que antes de ser emitido um parecer por escrito, obviamente que fez por se aconselhar com os advogados. Depois de todas as peças juntas e do parecer decidiram, na altura, não pagar. Reafirmou não ter qualquer problema em responder em tribunal e, uma prova foi ter sido dispensada de ser ouvida na sentença, a qual também dizia que eram acusados de litigância de má-fé. Mais disse que tinha sido o Revisor Oficial de Contas que recomendou que se fizesse uma provisão e, daquele modo, inscreveu-a em orçamento. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente tinha construído, mentalmente, uma tese inverosímil. Em primeiro lugar, o ROC desconhecia em absoluto a assunção da dívida e se à data não estava instaurado nenhum processo judicial, porque é que o Município iria caucionar, voluntariamente, uma provisão relativa a uma dívida que rejeitava. Não havia processo nenhum na altura. Lembrou à Presidente que aquilo que tinha dado origem ao processo crime que estava a decorrer não era propriamente aquilo que estavam ali a discutir. Ao processo crime lá chegaria e a Presidente da Câmara seria chamada a falar sobre aquilo. Havia que distinguir três coisas diferentes: uma era a ação judicial cível, que um credor reclama um crédito sobre o qual julga ter direito sobre o Município de Portalegre e, obviamente, pela prova carreada aos autos o depoimento da Presidente era dispensável, porque nenhum argumento que a mesma utilizasse iria desqualificar os factos objetivos; outra coisa era o processo crime que tomou um rumo, tendo em conta a participação que foi feita no Município de Portalegre e que não visava aquela matéria que ali estavam a discutir; e outra coisa era o rumo que o processo crime iria tomar, no dia em que o Ministério Público tivesse conhecimento daquilo. Informou de que havia a regra da economia processual, que tendo em conta a mesma matéria, o processo podia apontar baterias para várias frentes e dentro do processo crime seria distinguido aquilo que foi objeto de participação, por parte do executivo municipal e aquilo que eram factos de conhecimento anterior. Por último, disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ainda que como nenhum vereador, nem nenhum membro daquela assembleia tinha conhecimento daqueles elementos até ao dia atual, obviamente que não se poderia pedir ao Ministério Público para ouvir a Presidente da Câmara, numa matéria que o próprio Ministério Público desconhecia.

A Presidente da Câmara reiterou que sempre pediu aos serviços para entregarem toda a documentação e reafirmou que não tinha nada a esconder em relação àquela questão. Por outro lado, quem estava a confundir as coisas era o membro Luís Testa. Sempre foi muito claro que aquela dívida era devida ao BPI, pois havia três assinaturas, mas o banco não tinha a obrigação de saber se existia, ou não, uma deliberação. O que o banco lhe perguntou, na altura, foi como é que pretendia pagar. Na sua perspetiva, uma coisa era a dívida, outra era o processamento da despesa, que era incorreto.

O membro Luís Testa disse que a Presidente da Câmara Municipal tinha já compreendido onde queriam chegar porque uma coisa tinha sido, efetivamente, a dívida assumida pelo Engenheiro Cáceres e por ela, em momentos distintos. Portanto, a dívida ao ser assumida fazia fé sobre terceiros e, daquele modo, o Tribunal Judicial de Portalegre considerou a dívida a pagar. Outra coisa era o processamento da dívida e dos atos administrativos que tinham sido produzidos, quer pelo Engenheiro Mata Cáceres, quer pela atual Presidente da Câmara, os quais eram um sério problema e que poderiam configurar um crime de abuso de poder, pelo menos. Portanto, a Presidente teria de construir uma tese mais sólida, perante um Procurador da República.

Aprovação em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes na sala.

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da mesa, encerrada a 10.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.15 h, do dia 01 de julho do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.